

O AUMENTO DAS CONTRADIÇÕES

*Teresinha da Silva Bello**

**"The dream is over"
John Lennon**

Introdução

Quase diariamente, nos últimos anos, os jornais vêm noticiando distúrbios sociais, religiosos, movimentos separatistas, num recrudescimento do que se esperava já estivesse sendo sepultado. É meu pensamento que a grande responsabilidade desses conflitos recai na crise que abala o capitalismo e na capacidade de superação da mesma. Está ruindo o alicerce que sustentou por aproximadamente três décadas o sistema, sem que novas bases fossem formadas. Um dos primeiros pilares de sustentação do capitalismo após a Segunda Guerra, o Estado keynesiano, já não consegue manter o bem-estar social. O processo de integração econômica que vem se desenvolvendo no mundo capitalista ainda é o da integração do capital, não tendo se estendido às relações do trabalho, criando-se uma dicotomia até agora não superada e que, parece, não o será num período de tempo próximo.

Enquanto o grande capital procura o espaço mundial, a classe trabalhadora e a pequena burguesia procuram resguardar-se em movimentos nacionalistas, que se estendem desde um aumento nas pressões protecionistas relacionadas ao comércio exterior até a exclusão de minorias étnicas e religiosas.

O objetivo deste estudo é mostrar de que modo o capital e o trabalho vêm reagindo à crise e como as reações de um e de outro caminham em direções opostas.

A primeira parte do trabalho consta de uma breve apresentação dos tipos de crise mostrados por Marx e seus seguidores, ou seja, crises decorrentes de problemas de realização da mais-valia e crises devidas à queda na taxa de lucro.

Na segunda parte do texto, tenta-se caracterizar a crise na qual está imerso o capitalismo atual, mostrando-se que a mesma decorre de uma queda na taxa de lucro.

Na terceira parte, procura-se mostrar os caminhos opostos que vêm sendo buscados pelos capitalistas e pelos trabalhadores na tentativa de superação da crise.

* Economista da FEE e Professora da PUC-RS.

Tipos de crise

É próprio do sistema capitalista o funcionamento cíclico, com períodos de expansão e retração. Muitos desses ciclos, por seu caráter menor, não chegam a romper com a estrutura social do processo de acumulação. Outros, porém, associados a movimentos mais longos e mais profundos, rompem a estrutura social da acumulação, incapacitando a retomada do crescimento econômico nos moldes anteriormente existentes.

Nesse caso, a retomada do processo de acumulação só acontecerá a partir de mudanças estruturais nas instituições que regulam esse processo, permitindo com isso o restabelecimento das condições que vão proporcionar a volta da lucratividade na economia. É dentro desse conceito que se insere a idéia de crise aqui abordada, ou seja, aquela capaz de exigir grandes transformações estruturais para sua superação.

Embora o resultado da crise seja sempre um lucro insuficiente, as causas que podem determiná-la podem ser diversas. E é impossível compreender o fenômeno depressivo se não houver um conhecimento das causas subjacentes a ela. Essas causas tanto podem estar atreladas à questão da circulação como à da produção das mercadorias.

No primeiro caso, a simples existência da moeda no sistema abre uma possibilidade de crise, que pode ou não se desencadear. Para que a crise se instale, nesse caso, basta que haja um descompasso entre a compra e a venda das mercadorias, interrompendo o circuito através de uma ruptura no processo de circulação.

Sendo a mercadoria trocada por dinheiro e este por outra mercadoria ($M1 \rightarrow D \rightarrow M2$), se o produtor de $M1$ vende seu produto e não compra a mercadoria $M2$, o produtor desta não poderá comprar $M3$, impedindo o proprietário de $M3$ de adquirir $M4$, e assim por diante. Esse raciocínio se aplica tanto aos trabalhadores, cujo objetivo final é o uso das mercadorias, quanto aos capitalistas, cuja produção é voltada para a troca, e o objetivo final é a obtenção do lucro. Caso esse lucro não seja reinvestido, o processo de circulação contraí-se, acarretando superprodução e crise.

Além da crise em potencial decorrente da simples existência da moeda, outras causas para a crise estão ligadas à esfera da circulação e têm a ver com problemas na realização da mais-valia, tais como o subconsumo e a desproporção entre os setores produtivos, os quais serão vistos a seguir.

As crises de subconsumo decorreriam do descompasso entre a oferta e a demanda, ou seja, entre a criação de mais-valia e a realização desta. Isto porque a classe capitalista oferecia mais valor em forma de mercadoria do que demandava, ou seja, enquanto o valor da oferta de mercadorias era $C + V + S$, o valor de sua demanda era apenas $C + V$, onde: C = valor do desgaste do capital constante; V = montante dos salários pagos; e S = mais-valia.

Para que irrompesse a crise, bastaria que o consumo pessoal dos capitalistas mais a acumulação, os quais provêm de S , fossem menores do que esta, fato que poderia ser agravado caso os trabalhadores também não consumissem toda a renda. Se a demanda não se igualasse à oferta, haveria formação de estoques de mercadorias, que levariam os capitalistas a reduzirem a produção, gerando-se, com isso, uma crise.

Um segundo tipo de crise decorrente de realização da mais-valia seria aquela originada nos desequilíbrios setoriais e que também levaria à superprodução. Nesse

caso, o aumento da capacidade produtiva da economia seria maior do que a capacidade de absorção do mercado, gerando a desproporcionalidade. Isso ocorreria devido ao investimento em constante expansão aliado ao melhoramento tecnológico que aumentava a produtividade desse investimento, sem um crescimento proporcional do mercado. Este poderia até mesmo diminuir como decorrência do desemprego tecnológico, o que levaria o setor produtor de bens de consumo a restringir seus investimentos, afetando o setor produtor de bens de capital, gerando mais desemprego e aumentando a superprodução geral.

Diferentemente dos problemas de realização da mais-valia (lado da demanda) como causa das crises, problemas na criação da mais-valia (lado da oferta) também podem levar a crises. Tal é o caso da queda na taxa de lucro, que impediria a continuação do processo regular de acumulação de capital.

A fim de enfrentarem a concorrência com os trabalhadores e também com os outros capitalistas, estes, em nível individual, são constantemente forçados a diminuir seus custos unitários, o que fazem principalmente através da mecanização, o que eleva a produtividade do trabalho. Com isso, a quantidade de máquinas, equipamentos e matérias-primas utilizadas é cada vez maior por unidade de trabalho. Ou seja, a composição técnica do capital é crescente. Pelo mesmo motivo, a razão entre C e V é crescente, ou seja, C/V (composição orgânica do capital) é crescente.

Já a taxa de mais-valia, expressa pela relação S/V , pode ser considerada constante num período relativamente longo. Isto porque a taxa de repartição da produção entre capitalistas e trabalhadores não sofre maiores alterações em prazos relativamente curtos.

Sendo a taxa de lucro expressa pela relação entre a mais-valia (S) e o capital total empregado pelo capitalista ($C + V$), pode-se expressar a taxa de lucro da seguinte maneira:

$$\frac{S}{C + V} = \frac{S/V}{C/V + V/V} = \frac{S/V}{C/V + 1}$$

Sendo S/V constante enquanto C/V crescente, a resultante é uma taxa de lucro com tendência declinante.

Mesmo que a taxa de mais-valia possa ser crescente, a sua elevação não pode neutralizar completamente o crescimento da composição orgânica do capital — dadas a velocidade e a intensidade em que esta ocorre —, levando, pois, a uma definitiva tendência à queda na taxa de lucro. Isto porque, à medida que o capitalismo avança forçado pela concorrência, maior é a parcela da mais-valia que os capitalistas destinam à aquisição de máquinas e equipamentos e menor é aquela que destinam aos salários.

Essa queda na taxa de lucro, a princípio, poderia ser compensada por um aumento no volume total de lucro. Isso ocorreria até o ponto em que o aumento da massa de lucro não mais fosse capaz de compensar a queda na taxa, já que esse declínio inibiria os novos investimentos, diminuindo a atividade econômica. Isto porque os investimentos dependem da taxa de lucro, e, quando esta cai, os investimentos se retraem. A queda no investimento ocasionaria queda no Produto e no emprego, queima de capitais pelo desaparecimento das empresas menos rentáveis e uma demanda cada vez menor, provocando a crise.

Nesse momento, uma retomada do crescimento somente seria possível após uma reestruturação das condições de produção, capaz de elevar novamente a rentabilidade

do capital. A queima de capital daria lugar a um processo de concentração e centralização do capital, ao mesmo tempo em que abriria o caminho para a retomada da lucratividade, já que a massa de mais-valia seria agora projetada sobre uma massa menor de capital, elevando, assim, a taxa de lucro. Com isso, estaria dada a largada para uma nova ascensão da economia.

A crise atual

A crise atual, iniciada em 1973, caracteriza-se por ter como causa uma queda na taxa de lucro, em decorrência do esgotamento do padrão de acumulação fordista nos países centrais.

O modelo de acumulação fordista é caracterizado por um regime de acumulação intensivo, com alta produtividade do capital associada a um consumo de massa, uma política de Estado keynesiana e um papel de destaque para a moeda-crédito; isso tudo capaz de manter uma relativa harmonia entre a produção e o consumo, garantindo, assim, um certo período de crescimento equilibrado. Tal modelo funcionou satisfatoriamente por quase três décadas, do período Pós-Segunda Guerra até meados dos anos 70.

O paradigma da industrialização desse período pós-guerra foi caracterizado por grandes unidades produtivas destinadas ao grande consumo e, por isso mesmo, produtoras de mercadorias padronizadas, baseadas em linhas de montagem. Os mercados crescentes eram garantidos por um nível de salários razoável, por uma política fiscal baseada no Welfare State e pela capacidade de financiamento do Estado. Simultaneamente ao crescimento da produção industrial e da demanda interna, crescia também o comércio internacional entre os países desenvolvidos. Era, pois, uma época de abundância para os países centrais.

Esse quadro de estabilidade foi alterado já no final dos anos 60, quando começaram a delinear-se os primeiros sinais de crise no fordismo. O modelo tecnológico baseado na indústria metal-mecânica e na produção em série começou a mostrar sinais de esgotamento, já que muitos processos tecnológicos ou estavam maduros, ou aproximavam-se da maturidade, reduzindo, com isso, os ganhos decorrentes da inovação. Paralelamente à queda nas taxas de aumento da produtividade decorrente desse esgotamento no modelo tecnológico, a escalada da luta de classes com o aumento das greves e do absentismo e o acirramento das lutas políticas que caracterizaram o final dos anos 60 também contribuíram para reduzir as taxas de variação da produtividade.

As taxas de lucro nos principais países centrais começaram a cair no decorrer dos anos 60, à exceção do Japão, onde elas permaneceram crescentes até a década de 70, quando também começaram a entrar em declínio.

Os mercados externos, porém, ainda se mantinham ao final da década de 60 e início dos anos 70, especialmente entre os países industrializados, criando condições favoráveis para a alta dos preços internacionais. Esta teve o seu caráter extremo em 1973, com a elevação das cotações do petróleo, onde foi derrubado mais um dos pilares de sustentação do modelo fordista.

A política de Estado keynesiana também entrou em crise no fim dos anos 60, pressionando ainda mais a ordem econômica vigente. A Guerra do Vietnam e o

acirramento da concorrência comercial entre os países levaram os Estados Unidos a registrar déficits com o Exterior, obrigando esse país a reduzir seu estoque de ouro ao mesmo tempo em que aumentava a disponibilidade de dólares no Exterior, dois fenômenos-chave para explicar a crise do dólar. O declínio da hegemonia norte-americana, além de alterar a hierarquia das trocas comerciais, levou à ruptura monetária de 1971, quando os Estados Unidos abandonaram a conversibilidade-ouro do dólar, seguida da desvalorização deste e da flutuação generalizada das demais moedas fortes. A desordem monetária envolveu, a partir daí, todo o sistema mundial, e a desaceleração no crescimento, iniciada nos países centrais por volta de 1967, estendeu-se também aos países periféricos, a partir do primeiro choque do petróleo, em 1973.

A organização do Estado nos moldes de um Estado de Bem-Estar social também foi afetada. O déficit fiscal crescente tem deixado pouca margem de manobra para os governos cumprirem seus compromissos sociais de modo satisfatório. Segundo estimativas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o déficit orçamentário médio de seus países-membros saltou de 1% do PIB em 1989 para 4,2% em 1993, enquanto o endividamento total do seu setor público, que em 1980 atingiu 42% do PIB, este ano deverá alcançar os 63% (GM, 8.7.93, p.4). Ainda de acordo com a mesma fonte, o desemprego nos países-membros da OCDE deverá alcançar um total de 36 milhões de pessoas, número considerado recorde. Tal fato tem levado a população desses países a exigir medidas fiscais expansionistas na área social — como, por exemplo, seguridade social, educação, pensões e saúde pública —, além de obras públicas de rápida maturação e alta intensidade de mão-de-obra, difíceis de serem concretizadas diante de receitas governamentais em declínio e despesas crescentes, que impossibilitam o financiamento dessa massa de investimentos exigidos sem que haja um aumento do déficit governamental.

Assim, seguindo as rupturas industriais, o mundo capitalista assistiu também às rupturas monetárias, energéticas e do Welfare State, cujos efeitos não só corroeram a ordem econômica estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, como alteraram sua dinâmica de crescimento, transformando qualitativamente a configuração internacional.

A crise atual em muito se assemelha à depressão que se abateu sobre o mundo capitalista ao final do século passado, entre 1873 e 1895. Ambas foram crises decorrentes da queda da taxa de lucro e ambas geraram profundas transformações no capitalismo. Se a crise atual tem como causa o esgotamento do fordismo, baseado na concorrência monopolística, a crise do século passado foi a crise do padrão de acumulação concorrencial.

O aumento da produção ocorria sem transformação do processo de trabalho decorrente de mudanças substanciais na tecnologia, os assalariados tinham pouco acesso à produção, e as empresas ajustavam-se à demanda através de uma concorrência nos preços. Justamente quando o capitalismo de livre concorrência parecia atravessar a sua fase de maior esplendor, começou a delinear-se aquela que seria a primeira grande depressão do modo de produção capitalista. O acirramento da concorrência entre os capitalistas e a tentativa de superá-la aceleraram o processo de concentração e centralização do capital, no que foi impulsionado pela formação do capital financeiro. A melhor organização dos trabalhadores também pressionava para uma queda na taxa de lucro, já que, além dos ganhos salariais, obtiveram também diminuição na jornada de trabalho.

Ramos da indústria estavam em declínio. Enquanto a crise de 1873-95 viu envelhecerem as indústrias do carvão, do ferro e fundição e do ramo têxtil, com a crise

atual assiste-se a uma reformulação da indústria siderúrgica, da construção naval e da automobilística. A crise do século XIX levou ao sucateamento da base da primeira revolução industrial, implantada a partir de século XVIII, sob o domínio britânico: o carvão, a máquina a vapor, a ferrovia e a indústria têxtil. A crise atual tem afetado os pilares da segunda revolução, que, sob a égide dos Estados Unidos, se sustentou, fundamentalmente, no petróleo, na eletromecânica, na indústria automobilística e na química tradicional.

As rupturas industriais na crise do século passado também foram seguidas de rupturas monetárias, à semelhança do que ocorre na crise atual. A hegemonia britânica começou a entrar em crise. Até 1870, a Grã-Bretanha era líder incontestado do mundo capitalista. Com a crise de 1873-95, surgem os primeiros abalos sobre a liderança inglesa, que, junto com a França, assistiu a ascensão do poderio capitalista nos Estados Unidos e na Alemanha. Já neste final do século XX, despontam novas economias capitalistas, como é o caso do Japão e dos Tigres Asiáticos, enquanto a economia norte-americana perde fôlego.

A libra esterlina começou a sofrer abalos. O padrão-ouro entrou em xeque, mas resistiu até 1931, quando a libra foi definitivamente desatrelada do ouro.

A França, a Bélgica e a Holanda perderam fôlego, transformando-se em "economias anciãs", dada a superação do seu padrão de desenvolvimento econômico, semelhantemente ao que vem acontecendo com a Grã-Bretanha nos dias atuais.

As tentativas de superação da crise

A análise das tentativas de superação dessas duas grandes crises que abalaram o modo de produção capitalista, uma no final do século XIX e outra na atualidade, foi dividida em duas partes. A primeira mostra algumas alternativas encontradas pelo capital; e a segunda, de que modo os trabalhadores e alguns segmentos da pequena burguesia tentaram no passado e vêm tentando agora superar os obstáculos criados pela depressão.

As alternativas encontradas pelo capital

A ruptura da ordem econômica, em ambos os períodos, deu início a grandes transformações nas economias dos países afetados, as quais vieram consolidar novas fases do capitalismo.

A grande depressão de 1873 levou a uma segunda revolução industrial, com o objetivo de retomar as taxas de lucratividade. Nela, foram gestadas novas técnicas industriais e novos tipos de indústria, com o aprofundamento do processo de concentração do capital, bem como com o surgimento do capital financeiro. Assim, desenvolveram-se, numa abundância extraordinária, invenções, inovações, progressos técnicos e científicos. Dentre essas inovações, cabe destaque às várias utilizações dadas à eletricidade, que veio substituir a energia a vapor. Tal foi o caso da iluminação elétrica, dos transportes públicos eletrificados, dos motores elétricos, etc., o que propiciou o rápido desenvolvimento de poderosas empresas nesse novo setor.

Afora a eletricidade, uma nova fonte de energia, baseada no petróleo, permitiu a construção do motor à explosão, de importância não só para a evolução de indústrias de grande porte como para a construção de novos meios de transporte, como o automóvel e o avião. A evolução nos meios de comunicação deu-se através da invenção do telefone, do telégrafo e do rádio. A química e a metalurgia baseadas na eletricidade também tiveram avanços substanciais à época, o mesmo acontecendo com a indústria naval. A invenção da fotografia, de tecidos sintéticos, de novos produtos farmacêuticos e agrícolas igualmente provocou uma mudança nas condições de vida da população. A indústria bélica também foi afetada, com a criação de novos armamentos, mais sofisticados e potentes.

Todas essas modificações, com a criação de novos setores e novos produtos, ao mesmo tempo em que permitiram a retomada dos lucros, possibilitaram a criação de poderosas empresas e a ampliação dos mercados. As modificações ocorridas nas áreas de transporte e comunicações, por exemplo, resultaram em considerável ampliação dos mercados, que eram abastecidos, em sua maioria, por grandes companhias ou corporações, muitas delas organizadas sob a forma de cartéis.

Várias grandes empresas se associavam, formando cartéis ou *pools*, preservando, ao mesmo tempo, uma certa autonomia. Outras tantas utilizavam uma empresa financeira ou uma companhia (*holding*) para controlar as ações com direito a voto das corporações participantes. Havia, ainda, a alternativa da fusão de várias empresas, formando, nesse caso, uma única corporação unificada. A sociedade anônima ou corporação converteu-se num recurso eficaz, que possibilitava a obtenção de recursos para as empresas e o controle de substanciais quantias de capital.

Além das transformações internas, o capital também buscou uma nova saída capaz de reabilitar as taxas de lucro: a exportação de capitais, intensificada pela formação de grupos multinacionais e pelo aumento do colonialismo, caracterizando o que se convencionou chamar de "a era do imperialismo", onde o Estado, pelas vias bélicas e diplomáticas, desempenhou um papel de apoio da maior relevância. A partir dessa crise e da solução para a mesma buscada pelos capitalistas, foram lançadas as bases para o capitalismo monopolista. Se no capitalismo concorrencial as relações externas se caracterizaram pela exportação de mercadorias, no capitalismo monopolista a característica foi a exportação de capitais. Primeiro, sob a forma de capital-dinheiro (1870-913) e, posteriormente, através da internacionalização da produção (1945 em diante).

A crise atual, à semelhança daquela do século XIX, também vem assistindo a uma nova revolução tecnológica aliada a uma expansão dos capitais rumo ao Exterior, com uma aceleração no processo de mundialização do capital, seja pela expansão das firmas multinacionais, seja pelo aumento sem precedentes do xenocrédito, da xeno-moeda e da geoфинança.

A terceira revolução industrial não somente tem levado à criação de novas tecnologias e novos produtos, como tem dado origem a uma nova divisão do trabalho.

A base tecnológica dessa revolução industrial está assentada na microeletrônica, onde a redução do tempo "morto" das máquinas proporciona ganhos de produtividade bastante significativos, sem contar a melhoria da precisão e da qualidade dos produtos, além da flexibilidade dos equipamentos. Um ponto fundamental para entender a reação dos capitalistas à crise da atualidade através da transformação tecnológica é o desenvolvimento de tecnologias de informação e de produção de conhecimento. Tal é o caso da indústria farmacêutica, das telecomunicações, dos instrumentos analíticos e de processamento de informações (computadores).

Na tentativa de superação da crise, o capital, à semelhança do acontecido no final do século passado, também se voltou para o Exterior, só que em escala muito mais ampliada, alterando a própria divisão internacional do trabalho. O antigo esquema de divisão do trabalho, com duas grandes categorias de produtos (produtos manufaturados e produtos primários) e duas grandes regiões mundiais (países industrializados e outros países), não mais se adapta à economia mundial na atualidade. Isto porque o deslocamento dos capitais para o Exterior ocorreu pela via da deslocalização da produção, na tentativa de baratear os custos de produção e, com isso, segurar a queda na taxa de lucro.

Algumas regiões ainda se mantêm dentro da inserção tradicional. Tal é o caso da África Negra, da América Latina (em sua grande maioria) e da maior parte dos países asiáticos, onde os excedentes derivam dos minerais, dos metais não ferrosos e dos produtos agrícolas e alimentícios, ao mesmo tempo em que importam produtos manufaturados. Mas um outro tipo de inserção internacional vem sendo implementado, decorrente do crescimento de certas zonas semi-industrializadas: certos países de industrialização recente escapam à lógica de complementaridade intersectorial. Embora ainda permaneçam deficitários em relação a produtos industriais mais sofisticados, suas plantas de exportação registram vendas bastante significativas de certos produtos manufaturados, especialmente aqueles com uso intensivo da mão-de-obra. Os países da Europa meridional, os países asiáticos em rápido crescimento, a Índia, o Brasil e o México encontram-se engajados nesse tipo de inserção. Uma das conseqüências dessa nova divisão internacional do trabalho é a intensificação do comércio intra-indústria.

A produção e a troca de serviços também estão assumindo importância cada vez maior no período contemporâneo, não só pela elevação do pagamento de juros pelos países da periferia, mas também como resultado da internacionalização da produção. Paralelamente, aumentaram também as vendas de serviços que acompanharam a implantação de estruturas industriais dos países receptores de investimentos diretos, tais como serviços de engenharia, de reparações, etc. Os serviços passam a ser vistos sob um novo enfoque, já que a possibilidade de transportá-los é cada vez maior. Serviços bancários, por exemplo, ou até mesmo uma biblioteca interna, podem ser transportados para um terminal via telecomunicações.

O cenário dessa nova divisão internacional do trabalho está baseado na existência de um fator que torna possível a deslocalização dos segmentos da produção: a existência de uma gama importante de mercadorias cujo processo de produção é suscetível de ser fragmentado de modo a deslocalizar as fases de produção. Essa fragmentação permite tanto a fabricação quanto apenas a montagem ou mesmo o término da fabricação não somente dos produtos finais como dos componentes e de outros produtos intermediários.

Esse processo de racionalização da produção, assentado na automação e na reorganização administrativa, vem permitindo ganhos de produtividade bem acima daqueles oferecidos pelo paradigma fordista. O modelo fordista — com tarefas especializadas, com máquinas e linhas de montagem bastante rígidas em suas funções — gradativamente cede lugar a sistemas de fabricação flexíveis, capazes de produzir automaticamente, em pequenos lotes, com equipamentos reprogramáveis, os quais permitem economias de "amplitude" pelo aumento do número de lotes de diferentes produtos fabricados. Essa flexibilização da produção, além de estreitar as relações intrafirmas, não somente em nível nacional, mas num contexto mundializado — dado

que essas trocas se dão muitas vezes entre países —, aumenta a transferência de tecnologias interindústrias. A robótica e o microprocessamento, por exemplo, vêm sendo cada vez mais utilizados pela indústria automotiva. Companhias ligadas ao ramo químico vêm tendo suas atividades também voltadas à biotecnologia. Indústrias ligadas à fabricação de instrumentos médicos agora se combinam com outras ligadas à ótica, à mecânica, à eletrônica e à biologia.

O resultado dessa necessidade crescente de melhoramentos tecnológicos é um avanço firme do "investimento intangível". Ao lado dos investimentos tangíveis (maquinaria, instalações, equipamentos, etc.), observa-se agora uma nova dimensão para os investimentos intangíveis (educação, treinamento, *software*, etc.), que passam a ser complemento essencial para os investimentos físicos.

A gestão financeira também está se mundializando. Grandes bancos e grandes empresas de seguros e aposentadoria, bem como grandes firmas multinacionais operam agora, na maior parte, a nível nacional e/ou mundial, em relação aos diferentes ativos, às diferentes fontes de financiamento, às diferentes moedas.

À medida que o capital se mundializa em busca de lucratividade, menor o poder de intervenção dos governos nacionais na regulamentação da economia, dada a expansão do campo de ação das empresas. Enquanto o campo de ação dos primeiros está limitado pelas fronteiras dos países, a estratégia destas últimas é mundial; e a eliminação de barreiras entre os países, uma necessidade do capital.

A falta de alternativas para a mão-de-obra

Enquanto o capital, em ambas as crises, buscou e vem buscando a superação das mesmas, a mão-de-obra enfrenta dificuldades a serem superadas.

Na crise do século XIX, uma das saídas encontradas deu-se pela via da emigração, tanto em direção às colônias dos países centrais quanto aos países independentes do Novo Mundo. Diferentes surtos de colonização desenvolveram-se nesse período. Ao mesmo tempo, aumentou o nacionalismo, o acirramento das manifestações de racismo, o fanatismo religioso dos missionários brancos enviados às colônias, numa tentativa da classe trabalhadora e da pequena burguesia de sobreviver à crise e ao desemprego.

Assim como o capital se dirigiu para o espaço além-fronteiras na busca da lucratividade, uma massa de trabalhadores emigrou na busca de oportunidades de trabalho. Expedições coloniais partiram da Europa rumo às colônias africanas e asiáticas, especialmente oriundas da Grã-Bretanha, da França e da Bélgica. O fluxo de imigrantes aportados na América, do Canadá à Argentina, foi de milhares de pessoas. Italianos, alemães, britânicos, poloneses, franceses, etc. vieram "fazer a América". Esse movimento migratório dos países centrais rumo à periferia aliviou, em parte, o caldeirão de pressão social criado na Europa, ao final do século passado.

Por outro lado, o acirramento do imperialismo levado à termo pelos capitalismo nacionais culminou na Primeira Guerra Mundial. Esse imperialismo, assim chamado por ampliar ao nível mundial as relações capitalistas, sob o domínio da Grã-Bretanha, da Alemanha, da França e dos Estados Unidos surgiu, como tentativa de superar as contradições no âmbito nacional, através da extensão dos limites da acumulação, sem, contudo, eliminar os enfrentamentos. A Primeira Guerra, cujo período se estendeu de

1914 a 1918, não só aumentou o nacionalismo dos trabalhadores como enfraqueceu os movimentos destes últimos no sentido de obterem uma divisão menos desigual do valor produzido.

Na crise atual, a porta da migração está fechada, e, nos anos dourados que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o fluxo de migração inverteu-se em relação ao que foi no século passado. Os países centrais, de exportadores de mão-de-obra, passaram a hospedeiros de trabalhadores vindos da periferia, principalmente para a realização de tarefas que não exigiam especialização. Para a Europa, dirigiram-se os oriundos de antigas colônias européias na Ásia e na África: indianos, africanos de modo geral, etc. Os Estados Unidos tornaram-se um pólo de atração para os latino-americanos, especialmente os mexicanos.

Com o agravamento da crise, agravaram-se também os sentimentos xenófobos no Primeiro Mundo, com o aumento da discriminação contra os estrangeiros e as minorias raciais e religiosas. A exclusão não é um fenômeno novo na História, mas a sua intensidade tende a aumentar nos períodos críticos. Hoje, o temor de que a crescente imigração piore as coisas tem levado a um aumento nas barreiras à entrada de trabalhadores estrangeiros. A alternativa da emigração, utilizada na crise do passado pelos trabalhadores, não mais pode ser usada, pelo menos na escala em que o foi no século passado. A válvula de escape para os trabalhadores está fechada, enquanto o capital vê caírem uma a uma as barreiras à sua livre movimentação, tanto sob a forma de mercadorias e serviços como, principalmente, pelo fluxo de capital financeiro.

O desconforto da classe trabalhadora tem-se expressado através do aumento do nacionalismo, do racismo, da pressão migratória, mas subjacentes a tudo isso estão o medo e a incerteza quanto ao futuro. O que amedronta é a perspectiva de redução nos níveis de emprego, de despesas crescentes com educação e serviços de saúde, de deterioração nos valores pagos sob a forma de pensões e aposentadorias, de dificuldade em adquirir moradias, enfim, de esgotamento do Welfare State. À época do fordismo, uma parcela considerável dos trabalhadores e da pequena burguesia tinha como certo, quase como uma lei da natureza, que a sua renda aumentaria constantemente e que os seus empregos estavam praticamente garantidos. Agora, suas certezas foram severamente abaladas, deixando-os confusos quanto ao que esperar da vida em sua dimensão econômica, perguntando-se o que acontecerá se perderem o emprego. Liberalização de comércio, reestruturação de empresas, deslocamento de indústrias para outros países, tudo isso pode se refletir no nível de emprego. Perda do poder sindical, menor cobertura para despesas médicas, redução dos gastos sociais por parte do Governo significam erosão salarial. Aumento da criminalidade, déficit habitacional, degradação ambiental, com certeza, pioram a qualidade de vida.

Por tudo isso, a população trabalhadora vem exigindo dos seus governos mais e melhor treinamento para operários, políticas comerciais mais duras, maior empenho para fazer com que os empregos se mantenham dentro do país.

Nos países periféricos, essas mazelas, em sua maioria, sempre foram comuns, e grande parte de sua população sempre conviveu com ela, o que explica, até certo ponto, o fluxo migratório em direção ao Centro. Agora, com a crise, esses problemas também tomam vulto nos países centrais, acirrando a concorrência dentro da classe trabalhadora, na disputa pelo emprego.

Se nos países centrais aumenta a discriminação contra os imigrantes estrangeiros, nos países periféricos — onde o número de estrangeiros é relativamente reduzido, mas as desproporções regionais são maiores que nos países do Centro — o que se

pode esperar é um aumento da discriminação contra os trabalhadores que emigram das regiões mais pobres para as mais ricas. Como exemplo, pode-se citar o caso brasileiro, onde os nordestinos residentes no sul do País vêm enfrentando hostilidades.

As estatísticas da OCDE indicam que, em 1990, 8,5% da população residente nos Estados Unidos era formada por imigrantes, enquanto na Alemanha Ocidental e na França esse percentual era de 8,2% e 6,4% respectivamente. Na Suíça, a taxa de imigrantes alcançava a cifra de 16,3%. Uma previsão do Banco Mundial feita em 1992 calculou em 100 milhões o total de imigrantes internacionais, os quais teriam remetido cerca de US\$ 70 bilhões para seus países de origem. Desse modo, qualquer política de repatriação vinda dos países industrializados sobre esse contingente de trabalhadores poderá causar inúmeros efeitos danosos sobre seus países de origem, em sua maioria países periféricos.

Enquanto o capital busca a integração econômica, a diminuição das fronteiras, o livre trânsito das mercadorias como alternativas para sobreviver à crise, os trabalhadores e a pequena burguesia reagem a esse processo. Uma vista de olhos pelos processos de integração econômica que vêm ocorrendo entre os diversos países do mundo capitalista permite verificar a forte restrição que existe em relação à livre movimentação de trabalhadores.

A própria Comunidade Européia, além das dificuldades crescentes que vem criando à permanência e à entrada de estrangeiros no seu território, ainda não liberou totalmente o fluxo migratório das pessoas nascidas nos países-membros da Comunidade. Embora tenham sido extintos os controles alfandegários e de impostos entre os seus 12 países-membros, as restrições à livre movimentação de mão-de-obra permanecem com os controles de passaportes, devendo se manter por alguns meses ou anos, em alguns países.

Mesmo a unificação da Alemanha, que dá a impressão de ter sido um desejo do povo alemão, deixa dúvidas quanto a isso. A idéia de "sentimento nacional" parece inadequada para explicar a derrubada do Muro de Berlim, podendo ser vista mais como um "nacionalismo de elites", onde a necessidade de expansão do capital é que estaria subjacente a todo o processo. Este, acima de tudo, tem se revelado um processo de integração econômica, onde a questão primordial tem sido o ordenamento econômico da região agora integrada ao capitalismo.

Considerando-se o elevado percentual de trabalhadores imigrantes que vivem na antiga Alemanha Ocidental, grande parte deles oriundos de países mediterrâneos, além dos estrangeiros ilegais e dos asilados políticos, esse apelo a uma retomada da "identidade nacional" poderá acirrar ainda mais os sentimentos xenófobos do povo alemão, diante da concorrência crescente representada pela entrada dos alemães orientais na disputa dentro do mercado de trabalho. Pode-se, assim, esperar um agravamento da linha divisória entre os cidadãos alemães e os não alemães, à medida que avance o discurso de uma política interna alemã voltada para a "identidade nacional", com um agravamento das condições materiais de vida, dos direitos políticos e das possibilidades culturais destes últimos. Nessas circunstâncias, verifica-se um retrocesso na consciência das massas em direção a um aumento da segregação, o que vem sendo expresso pelo incremento dos movimentos neonazistas. Tal fenômeno, porém, não se restringe à Alemanha. As perseguições a imigrantes, os ódios étnicos e religiosos vêm grassando por toda a Europa, afetando também os demais países e alcançando até os países do Leste Europeu, que se vêem à frente com lutas sangrentas, como é o caso da Iugoslávia. O episódio iugoslavo vem recolocar no centro da velha

Europa um sentimento de que o mundo moderno e globalizado pretendia estar praticamente livre.

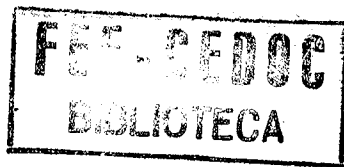
O Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que prevê a eliminação gradual das tarifas, não se estende à livre circulação de trabalhadores no âmbito de sua área de abrangência. Abrem-se as fronteiras para as mercadorias e para os fluxos de capital, enquanto a força de trabalho, importante produto de exportação do México para os Estados Unidos, ficou à margem da abertura. Negociou-se a livre entrada de funcionários, banqueiros ou consultores, mas as demais categorias ficaram excluídas. Os movimentos trabalhistas norte-americanos vêem com apreensão a concorrência exercida pelos mexicanos e hoje, como em 1890, temem que a crescente imigração piore as coisas.

Bill Clinton venceu as eleições baseado na promessa de revitalização da economia norte-americana e na de redistribuição de renda através de políticas sociais, além de comprometer-se com uma política mais protecionista, visando preservar os empregos dentro dos Estados Unidos. Enquanto mudanças estruturais no movimento dos capitais se operam em escala planetária, o sistema político ainda permanece essencialmente nacional, embora o Estado cada vez encontre maiores dificuldades em manter-se como o Estado do Bem-Estar Social.

Conclusão

Ainda é cedo para saber-se detalhadamente como será o capitalismo do século XXI, mas já é possível se preverem as dificuldades para se superarem as suas contradições. Estas acirram-se cada vez mais com o surgimento do chamado "capitalismo informacional". O fim da prosperidade do Pós-Guerra trouxe consigo a crise do capitalismo industrial e também o fim da primazia do Estado-nação. Observa-se uma impossibilidade cada vez maior de o Estado continuar exercendo suas funções keynesianas, tendo em vista que este vem perdendo sua capacidade de autofinanciamento, com os governos cobrindo seus déficits através de empréstimos. Tal fato vem se traduzindo na redução das políticas sociais exercidas à época do fordismo e numa volta do Estado às suas funções clássicas, numa época em que os níveis de emprego se encontram reduzidos.

Se o capital tem condições de sair em busca de alternativas para a crise em que está mergulhado o sistema capitalista, o mesmo não ocorre com os trabalhadores, que, pressionados por novas tecnologias baseadas na automação, vêm perdendo espaços já conquistados à época do fordismo. Sindicatos enfraquecidos, perda de salário real, aumento da concorrência na disputa por vagas nos empregos, tudo isso tem contribuído para o aumento do segregacionismo em praticamente todo o Mundo, e o sonho acalentado por Marx, de uma união mundial de todos os trabalhadores, parece longe de se concretizar.



Bibliografia

- BELLO, Teresinha da Silva (1992). **Teoria econômica e relações internacionais: da pilhagem à mundialização do capital**. Porto Alegre: UFRGS/IEPE. 263p. (Dissertação de mestrado; mimeo).
- BELLO, Teresinha da Silva (1989). A teoria econômica e a crise. In: FARIA, Luiz Augusto Estrella, CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo, BELLO, Teresinha da Silva. **Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação...** Porto Alegre: FEE. p.31-80. (15 anos FEE, v.5).
- GAZETA MERCANTIL (8.7.93). Será este o momento para enterrar John Maynard Keynes? São Paulo, p.4.